

TALVEZ VOS EMBARACE O NUMERO DE MENINOS POBRES QUE DEVE ADMITTIR CADA AULA: INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA - PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE - 1849-1889

Lays Regina B. M. dos Santos (UFPB)¹
Mauricéia Ananias (UFPB)²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo indicar a presença de alunos pobres nas aulas públicas primárias da Província da Parahyba do Norte no período de 1849 a 1889. O desenvolvimento do argumento central demonstrou a frequência da população pobre nas aulas tendo como mediação a legislação, os requerimentos, ofícios e correspondências trocados entre as autoridades e os professores, bem como os relatórios de presidentes da Província e dos diretores da instrução. A documentação encontrada foi ponderada como oficial e muito próxima do movimento da legislação. Para análise, a pesquisa histórica foi utilizada considerando a produção social de evidências históricas a partir dos conflitos que emergiram do intenso debate e das atividades administrativas na fundação da escola primária brasileira. Tendo como base o registro desta materialidade cotejamos com os jornais da época, a bibliografia produzida acerca da história, da educação e da história da educação na Paraíba. Pretendeu-se que a documentação confrontada com a defesa da escola como uma produção social de determinados sujeitos em épocas e intencionalidades específicas definisse a categoria de escolarização como mostra de uma fundamentação teórica e metodológica. O recorte temporal considerou os dois primeiros regulamentos que organizaram a instrução pública promulgados em 1849. O ano de 1889 por ter marcado a política e a sociedade com a mudança do regime político. Para o entendimento do contexto da instrução, tratamos da organização social da Província e do ideal instrucional pensado e difundido pelos intelectuais e gestores da época. Concluímos, a partir de quatro casos analisados, que a presença de alunos pobres nas aulas primárias estava relacionada à defesa de instruir e civilizar a população.

Palavras-chave: História da escola pública brasileira; Aulas públicas de primeiras letras; Escolarização da população pobre.

PERHAPS YOU ARE EMBARRASSED BY THE NUMBER OF POOR CHILDREN WHO MUST ADMIT EACH CLASSROOM: PRIMARY PUBLIC EDUCATION - PROVINCE OF THE PARAHYBA NORTH - 1849-1889

ABSTRACT

This article has as objective to indicate the presence of poor students in primary public classes of the Province of North Parahyba in the period 1849 to 1889. The development of the central argument demonstrated the frequency of the poor population in the classes having as mediation the legislation, the requests, official letter and correspondences changed between the authorities and the teachers, as well as the reports of presidents of the Province and the directors of the instruction. The documentation found was considered official and very close to the movement of legislation. For analysis, was used the historical research considering the social production of historical evidence from the conflicts that emerged from the intense discussion and administrative activities in the foundation of primary school. Based on the record of this materiality, we compare with the newspapers

of the time, the bibliography produced about history, education and the history of education in Paraíba. It was intended that the documentation confronted with the defense of the school as a social production of certain subjects at specific times and intentionalities defined the category of schooling as a show of a theoretical and methodological basis. The temporal clipping considered the first two regulations that organized the public instruction promulgated in 1849. The year of 1889 because have marked the politics and the society with the change of political regime. For understand the context of instruction, we treat the social organization of the Province and of the organization of primary public instruction considering the ideal thought and disseminated by intellectuals and managers of the time. We conclude, from four analysed cases, that the presence of poor students in primary classes was related to the defense of instructing and civilize the population.

Keywords: History of the Brazilian public school; Public classes of first letters; Schooling of the poor population.

Introdução

A historiografia da educação brasileira, por muito tempo, apresentou os estudos acerca da escola pública primária no século XIX sem a presença das crianças pobres, nesta visão os filhos dos mais necessitados de posses não tiveram acesso à educação formal – aquela dada em um ambiente reconhecido como espaço escolar.

No entanto, desde a década de 1980 novas pesquisas têm apontado um movimento ativo da existência e participação destes sujeitos. Diversos pesquisadores do campo da história da educação indicaram a possibilidade de se pensar a escola pública primária como um lugar que recebeu alunos pobres e, também, negros no Brasil oitocentista, devido à necessidade de instruir e civilizar a população em torno de um suposto projeto de Nação.

Para a Província paraibana pudemos demonstrar presença de alunos pobres nas aulas públicas primárias no período de 1849 a 1889. Seguindo este argumento central, o artigo demonstrou a frequência da população pobre nas aulas³ tendo como mediação os dois regulamentos da instrução, promulgados em 15 e 20 de janeiro de 1849, os relatórios de presidentes da Província e dos diretores da instrução e jornais que circularam na época, como também as correspondências oficiais entre as autoridades e professores que continham dados sobre as aulas, além da bibliografia produzida acerca da história, da educação e da história da educação na Paraíba.

Por mais esforços feitos, as dúvidas marcaram as conclusões, pois para os anos oitocentos na Paraíba nada pode ser afirmado com certeza, tudo o que as fontes apontaram foi relativizado e interpretado considerando os limites tanto de acesso às informações da época- há várias queixas de que as localidades- e as pessoas- não enviavam os dados-, como também os de hoje: só nos restaram as fontes oficiais produzidas- ou próximas delas- pelos governantes e gestores do período.

O ano de 1889, por ter marcado a política e a sociedade da época com a mudança do regime político, será o marco de encerramento das análises realizadas, considerando que o nascimento da República necessitou de novos estudos, inclusive já efetuados, para a compreensão do mesmo problema que apontamos aqui, o acesso de crianças pobres- e algumas negras-, como indicaram os casos estudados, às aulas de primeiras letras. (BARROS, 2015).

O texto foi dividido, para além da introdução, em cinco partes: no primeiro momento, com a intenção de uma fundamentação teórica e metodológica apresentamos a

categoria de escolarização e a defesa da escola como uma produção social de determinados sujeitos em épocas e intencionalidades específicas. Na sequência, tratamos da organização social da Província e da organização da instrução pública primária considerando o ideal pensado e difundido pelos intelectuais e gestores da época. No quarto tópico, demonstramos as evidências da presença de alunos pobres nas aulas primárias a partir de quatro casos analisados. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. A produção da escola e do processo de escolarização no oitocentos

Para os estudos em história da educação no século XIX, os últimos levantamentos mostram um crescimento de trabalhos que abordam as iniciativas no campo da instrução e da educação na sociedade brasileira.

Em 1984, Miriam Warde anunciava que as marcas encontradas na produção em história da educação definiam escolhas que excluía a perspectiva de estudos sobre o século XIX. Para ela, para aquele momento: “[...] mais de oitenta por cento dos estudos refer[iam]-se à etapa republicana e desse período as duas fases que t[inham] atraído o maior número de interesses [eram] a Primeira República e a Era Vargas, mais esta do que aquela, e, nesta, mais o Estado Novo” (WARDE, 1984, p. 1).

Os anos de 1990 e início dos 2000 indicaram uma dispersão da pesquisa para os tempos anteriores ao século XX, ainda que a concentração se mantivesse sobre o século XX, a transição do XIX para o XX apontou novos rumos para novas fontes, temáticas e abordagens e análises, ampliando, dessa forma, as possibilidades de estudos (ARAÚJO, 2005).

A utilização da abordagem analítica da categoria escolarização tem contribuído, em especial, para o avanço de pesquisas que pretendem desvendar o universo da instrução e da educação no oitocentos, com uma orientação – que nos pareceu, em geral- de se pensar os estudos acerca de um lugar social específico - a escola- e dos sujeitos que a criaram, como também os que nela aprenderam as primeiras letras, enfatizando a educação oferecida para a infância e juventude.

As análises dos estudos com essa orientação indicam apropriações que retomam diversos autores, de um lado as constatações feitas por Philippe Ariès na obra traduzida para o português com o título *História social da criança e da família*⁴ acerca da mudança da natureza do sentimento em relação à infância e da possibilidade de pensarmos lugares específicos para a socialização da criança.

Se antes, a passagem da criança pela família era muito pequena, depois, considerando o século XVII em diante, outro sentimento de infância, exterior à família, fez com que a socialização da criança se transformasse numa preocupação da família e da sociedade “[...] a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles.[...]” sendo colocada “[...] numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio”. Dessa forma, “[...]. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até os nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização” (ARIÈS, 1978, p. 11).

Por outro lado, talvez num mesmo movimento de revisão historiográfica, os estudos que se preocuparam em desvelar as experiências das ações dos sujeitos na história a partir das contribuições das pesquisas iniciadas por E. P. Thompson em “A história vista de baixo” (THOMPSON, 2001) também foram considerados nas análises atuais sobre escolarização no Brasil.

Diversas perspectivas têm sido construídas ao longo da história que, ao mesmo tempo, nos distanciam destes trabalhos seminais, nos aproximam das tentativas de buscas de indícios para a reconstrução da história da escola e da escolarização para além das histórias das ideias e do pensamento educacional.

Reconhecendo os limites de um artigo e o receio de cansar os leitores, consideramos impraticável, para este texto, mapear todas as produções que se utilizaram da categoria escolarização –daqui–, do vasto país que habitamos como também de outros continentes que, ao mesmo modo, fizeram uso do termo.

Assim, para este caso, em especial, considerando o que chamamos de trabalhos seminais, elencamos os autores que retomaram a importância de pensar a escola a partir de uma dada produção social e, também, os que se ocuparam em conceituar a categoria escolarização como base de suas abordagens.

O trabalho de André Petitat a partir dos anos finais de 1970 ao estudar “[...] a velha Europa”. Se referindo, em especial, “[...] à França e à pequena república de Genebra” indicou perspectivas de estudos da instituição escolar como referência para o entendimento da importância da escola na formação das crianças e jovens (PETITAT, 1984, p. 7).

Numa visão pertinente às preocupações atuais, alertou sobre o perigo em centralizar o enfoque apenas na escola, pois, dessa forma, podia-se perder de vista “[...] a inserção na educação em geral, particularmente nas sociedades em que a cultura oral [era] preponderante” (PETITAT, 1984, p. 8).

Os termos “escolarização feminina”, “escolarização de filhos de artesãos”, “escolarização secundária” e a “escolarização” em geral, em alusão à quantidade de pessoas que frequentavam os colégios no século XVIII, sugeriram uma forma de análise que o levou a entender a produção da escola- e suas referências culturais- a partir da própria produção da sociedade.

As perguntas - “[...]Terão as escolas elementares de primeiras letras servido apenas para cristalizar as condições sociais? Não terão também participado de uma verdadeira mutação da civilização- a generalização da cultura escrita- que torn[ou] possível uma dissociação mais frequente entre a cultura de origem e as culturas de destino?”- pretendiam desvelar a história da escola, indicando motes para o desenvolvimento futuro de diversos estudos sobre escolarização, e suas consequências na vida das pessoas, em diferentes lugares e situações (PETITAT, 1984, p. 6, grifos no original).

Da mesma forma, as citações do professor António Nóvoa advertiram sobre os caminhos para continuidade do debate inicial proposto. A sua defesa de que a constituição dos professores em profissionais do ensino esteve associada ao processo de produção do modelo escolar, em especial, a partir do século XVI na Europa, perpassando o século XIX e permanecendo até os dias de hoje, retomam a concepção de escolarização defendida por Ariès em distinção à intenção educativa dos modos antigos de aprendizagem (NÓVOA, 1987, p. 415).

Nos anos de 1990, Justino Magalhães apontou perspectivas considerando a história da alfabetização a partir da diferenciação entre alfabetização e escolarização. (MAGALHÃES, 1994).

No seu *Alquimias da escrita* (2001), retomando as contribuições de António Nóvoa e, ainda, com a preocupação com a história da alfabetização apresentou a sua definição de escolarização: “[...]. É em função da escolarização como processo histórico e pedagógico de ensino-aprendizagem que tende a definir-se e avaliar-se o conceito de alfabetismo e que tem sido escrita a história da alfabetização”. Assim, “[...] a referência ao escolar reforça-se para o período contemporâneo, com a universalização da instrução, por meio da escolarização/formalização dos saberes teóricos básicos, capacidades, atitudes, valores, e

com a definição da escola enquanto instituição privilegiada para ministrar aprendizagens e comportamentos” (MAGALHÃES, 2001, p. 14).

Para ele, seriam três as unidades de conformação da escolarização: um tempo, um espaço e uma ação. Mas não bastariam as definições de tempo e lugar próprios para a estruturação do modelo escolar “[...]. É a unidade de acção que força à exclusividade de tempos e à construção de edifícios com características próprias” (MAGALHÃES, 2001, p. 192).

Assim, a partir da década de 1980 do século XX, compreendemos a produção brasileira que, de formas diversas, se apropriou dos debates sobre a temática da escolarização buscando esforços para tentar entender a emergência de um tipo de escola, o moderno, indissociado à autoridade dos sujeitos saberem ler e escrever numa sociedade ainda escravocrata.

Os estudos desenvolvidos por Faria Filho são significativos deste empenho. Nas suas análises, apresentou o termo escolarização a partir, inicialmente, de duas vertentes entrelaçadas: uma que designa “[...] o estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, mais ou menos formais, responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião”. Outra, como “[...] o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como articuladora de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2003, p. 78).

Indicou, ainda, um terceiro elemento para a compreensão do termo: “[...] aquele que nos remete mais diretamente ao *ato ou efeito de tornar escolar*, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”. Assim, “[...] É justamente esta faceta da escolarização que, relacionada às outras duas acima explicitadas, permite articular a escolarização com a configuração de um tipo específico de formação/organização cultural a que estamos denominando *cultura escolar*”. A análise do conjunto desses elementos associados à formação cultural própria das escolas e das pessoas que nela estudaram foi designada, pelo autor, de escolarização do social (FARIA FILHO, 2007, p. 5, grifos do autor).

Considerando esses limites e os lugares das falas e as diferenças nas interpretações dos diversos autores que trabalharam e ainda trabalham com a categoria de escolarização, nos pareceu consenso nas ideias apresentadas a percepção de que a escola foi- e ainda é- um lugar privilegiado para a aprendizagem e comportamentos dos sujeitos como também produtora de representações e referências culturais que extrapolam o institucional, conformando assim o que viria a ser a escolarização.

A narrativa desenvolvida considerou esta orientação geral para o entendimento do processo de escolarização tentando desvelar os sujeitos do processo educativo tendo a defesa da ordem e da civilidade como referências políticas e culturais de uma suposta transformação da realidade. As experiências dos sujeitos foram analisadas a partir da reconstrução histórica do processo geral da instrução envolvendo a sociedade de acordo com os escritos de Thompson (1981) com o uso da categoria de experiência na vida coletiva e em comum.

Para além do discurso de ausências de uma instrução organizada e de crianças pobres nas aulas, na Paraíba imperial- entre os anos de 1849-1889-, pudemos perceber que as faltas e as críticas indicaram não só a defesa da criação e manutenção das aulas, mas a própria configuração da realidade instrucional do período.

3. Sociedade e política na Província da Parahyba do Norte

A Parahyba do Norte, não se diferenciando do que vivia todo o Império brasileiro, tentava organizar-se em seus diversos ramos do serviço público a partir da criação de leis que viessem estabelecer a defendida ordem nas esferas de responsabilidades do governo provincial. As disputas políticas nesse período foram marcadas por dois grupos que buscavam organizar os serviços públicos de acordo com os seus ideais, e esteve caracterizada entre:

[...] liberais e conservadores e a disputa entre eles pelo controle e direção dos rumos políticos marcaram a história do Império, em especial os anos após a independência até as duas primeiras décadas da segunda metade do século dezenove. A unidade nacional, a propriedade, a escravidão e a ordem social foram defendidas por esses dois grupos para essa consolidação (ANANIAS, 2010, p. 38).

Os partidos conservador e liberal estiveram presentes na busca pelo poder na Província paraibana durante todo o período estudado. Fundado pela família dos “Carneiro da Cunha”, o partido conservador tinha como programa de governo “[...] observar rigorosamente a Constituição, restabelecer o Conselho de Estado que fora extinto pelo Ato Adicional, restringir a competência das assembleias provinciais, resistir às inovações políticas e fortalecer a autoridade do país através da elaboração de leis” (SILVA, 2013, p. 35).

O partido liberal defendia, a “[...] maior autonomia das províncias e a abolição do Conselho de Estado” (SILVA, 2013, p. 36).

Da mesma forma, a disputa entre liberais e conservadores também esteve nos ideais de instrução do período:

No caso da Província da Parahyba do Norte podemos destacar que os homens vinculados ao partido liberal ocuparam os principais cargos de direção do estado ao longo do século XIX e que o partido conservador manteve-se na oposição até as últimas décadas desse período, quando seus representantes conseguiram ocupar a presidência da Província. Na leitura da documentação, principalmente nos jornais, percebeu-se que as propostas acerca da instrução pública veiculadas pelo partido liberal foram alvo de críticas por parte de seus opositores e que a pauta de sugestões para melhorias da instrução na Província foi constante nas páginas dos jornais assumidamente ligados ao partido conservador. (CURY; ANANIAS, 2013, p. 116).

As divergências de ideais fizeram parte da busca pelo poder conformando as tentativas de organização da instrução numa sociedade escravocrata que tentava se afirmar como Nação. As evidências dessas querelas podem ser comprovadas nas notícias presentes nos jornais paraibanos que se apresentavam como partidários divulgando posições contrárias ou favoráveis ao grupo que estivesse no governo provincial.

As mudanças econômicas e políticas, para a afirmação do regime monárquico, foram analisadas por muitos estudiosos considerando a transição da mão de obra escrava para a trabalhadora livre, como afirma Lima (2008), que ajudou-nos a pensar a produção da sociedade e as especificidades do que acontecia nas bandas do Norte do país apreendendo o significado da concentração de terras, da escravidão e das dificuldades de

convivência com a seca e epidemias, problemas sempre presentes nas narrativas históricas analisadas.

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil passou por uma crise social gerada por problemas na produção e pela transição da mão de obra escrava para a livre que teve início em 1850 com a proibição do tráfico negreiro através da assinatura da Lei Euzébio de Queiroz. No Norte do país a situação era agravada pela crise no setor agroexportador e pelas periódicas secas. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários era mais um dos agravantes da realidade do Norte (LIMA, 2008, p. 31).

A produção econômica da Província a partir da segunda metade do Oitocentos “[...] caminhava para transformações nas suas formas de produção, foi um período de reativação da produção açucareira e da montagem de uma inicial indústria têxtil, embora convivendo com flutuações econômicas e períodos de estagnação” (MARIANO, 2015, p. 179). Problemas naturais também trouxeram diversos prejuízos à Província marcando um tempo de longas estiagens com a seca mais rigorosa ocorrida entre os anos de 1877 a 1879.

A época também foi marcada pelo fim do tráfico de escravizados no ano de 1850 associado ao tráfico interprovincial que contribuiu com a diminuição do número de cativos na Província, estimulando o trabalho do homem livre e pobre.

Em todo Império brasileiro a população escravizada dava lugar à população livre e pobre desde o final do século XVIII, como afirmou Ariane Sá (2005), ao considerar que, “[...] os homens livres pobres somavam quase a metade da população brasileira estimada em 3 milhões de habitantes no final do século XVIII. De várias origens sociais e matizes, eram negros libertos, brancos, índios e os miscigenados mulatos, cafuzos e mamelucos”. (SÁ, 2005, p. 57).

Esse movimento se estendeu por todo o século XIX. Ainda de acordo com a autora,

O declínio da escravidão reforçou a utilização do homem livre pobre em todos os setores da economia paraibana. Assim, como em todo o Norte, o morador-agregado foi a relação de trabalho mais utilizada, acompanhada pelo assalariamento e pela ampliação do sistema de parceria. Com a crise da escravidão, o homem livre pobre, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi a garantia encontrada pelos proprietários rurais paraibanos de responderem às exigências e solicitações do capitalismo internacional (SÁ, 2005, p. 77).

Um contingente cada vez maior de homens livres e pobres circulava pela Província e o intuito era transformá-los em trabalhadores disciplinados. (MARIANO, 2015, p. 180).

Existia, inclusive, uma preocupação por parte dos presidentes da Província em relação à pobreza que era realidade tanto no espaço urbano como no rural. Pois, de acordo com o discurso da época, à pobreza era relacionada a causa de violência, como podemos observar no relatório do presidente da Província, Luiz Antonio da Silva Nunes, no ano de 1860:

Com efeito, nota-se, ao menos aqui, que o maior número das vítimas são escolhidas por aquela espécie de delinquentes na classe das pessoas, que por sua pobreza e posição desvalida não dispõem dos necessários recursos para chamar o ofensor à juízo, e fazê-lo punir na forma da lei, sendo que semelhante circunstância, ao passo que açoitava o criminoso para a prática do delicto, expunha o ofendido a misérrima posição d'aquella, que, tendo o seu animal como único instrumento de trabalho, o que é aqui comum, via-se reduzido a não ter meio algum honesto de subsistência (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1860, p. 6).

Talvez a preocupação, manifesta nos discursos, quanto à população pobre e à ordem que deveria ser estabelecida na sociedade estivesse relacionada ao ideal de civilização defendido pelos gestores e intelectuais de todo Império brasileiro.

Os dados encontrados no censo realizado em 1872, em todo império brasileiro, indicaram uma quantidade significativa de trabalhadores que exerciam profissões tipicamente urbanas e outras, ainda, associadas ao mundo do campo. Estas pessoas, aqui denominadas pobres, ocupavam ofícios na sociedade como pescadores, criados, jornaleiros, manufactureiros, fabricantes, comerciantes, guarda-livros, caixeiros, costureiras, lavradores e agricultores contradizendo, muitas vezes, os relatos dos presidentes de Província que associavam a pobreza à vagabundagem e à ociosidade (CEDEPLAR/UFMG, 2012).

As diferenças sociais existentes na sociedade paraibana nos permitiram contextualizar a sociedade da época e com isso perseguir os indícios que nos conduziram a justificar a presença de alunos pobres nas aulas de primeiras letras.

4. A instrução pública primária na Província da Parahyba do Norte

Ao discutir a educação brasileira no século XIX Faria Filho ressaltou que pesquisas recentes no campo da história da educação, “[...] têm demonstrado que havia, em várias Províncias, uma intensa discussão acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das ‘camadas inferiores da sociedade’” (FARIA FILHO, 2011, p. 135, aspas do autor).

O conjunto documental de fontes oficiais, mais os jornais e a bibliografia da época e contemporânea sobre a educação e sociedade mostraram o já anunciado em outras províncias, a existência da instrução dos chamados desvalidos de fortuna. Para a Parahyba do Norte, a busca de um material que corroborasse esta defesa foi exaustiva. Assim, aqui a análise geral da situação da instrução primária perpassará todos os indícios encontrados acerca dos discursos que indicaram a existência destes sujeitos, bem como a própria inserção deles nos espaços de escolarização.

Após a criação do Ato Adicional, emenda constitucional que delegou às assembleias legislativas e concedeu às províncias o poder para legislar sobre diversos assuntos, entre eles a instrução pública primária e secundária, foram promulgadas, com o objetivo de institucionalizar e uniformizar a instrução, leis e regulamentos referentes à criação de cadeiras de primeiras letras, nomeação e jubilação de professores, métodos de ensino, uniformidade do ensino, frequência escolar e inspeção da instrução. Ao tempo que as leis e regulamentos eram prescritos como ordenamentos legais do estado provincial, os relatórios dos presidentes de Província e os relatórios do diretor geral da instrução apresentavam críticas e sugestões para mudanças e reformas nas aulas.

A criação e extinção de cadeiras de primeiras letras foram influenciadas por uma organização, que, de acordo com Pinheiro (2002, p. 28), era “[...] marcadamente oligárquica, da sociedade política paraibana, que se materializou mediante uma complexa teia de relações estabelecidas entre os poderes local, provincial/estadual e nacional e caracterizada pelo clientelismo que influenciou, sobremaneira, a estruturação da instrução pública”. Foi possível perceber que o processo de criar e suprimir as aulas estava unido à uma dinâmica política de destinar professores ainda não habilitados para a escolarização das crianças.

Ainda de acordo com Pinheiro (2002, p. 33),

A criação de cadeiras e sua “provisão” por professores oriundos dos grupos de confiança e ou da parentela dos políticos e, não raro, apadrinhados e nomeados interinamente, representavam uma forma de garantir a popularidade desses políticos, de justificar seu empenho e poder, ou seja, consubstanciar a ingerência dos coronéis na vida pública.

O discurso era marcado por uma certa insatisfação do presidente da Província, Venancio José de Oliveira Lisboa, no ano de 1869, quando, em seu relatório, chamou de *anarchia* o movimento de criação e extinção das cadeiras:

Para mim julgo que a primordial necessidade é acabar com a anarchia que hoje existe sobre a criação e extinção de cadeiras. As collecções estão cheias de leis que todos os annos determinão criação e extincção de cadeiras; a Presidencia por sua parte está tambem autorizada para faze-lo e o tem feito, dando-se até o espetaculo desagradavel da Assembléa desfazer o que fez a Presidencia e vice-versa; este estado de cousas não pode continuar sem grave prejuizo, a sua inconveniencia é patente. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1869, p. 11).

As críticas à forma de organização da instrução faziam parte do cotidiano das falas proferidas pelos presidentes da Província enfatizando o estado pouco lisonjeiro das aulas. Ao mesmo tempo, as ações para promover o melhoramento da instrução pública não nos pareceram receber tantos encaminhamentos. Talvez um dos fatores que tenha dificultado as ações tenha sido o curto tempo que ficavam no cargo, impossibilitando, assim, a execução propostas de médio e longo prazo.

Durante o período estudado, a criação e extinção de aulas/cadeiras/escolas na Província buscou, em alguns casos, atender às reivindicações de famílias pobres entre a população, superando, inclusive, a ideia anteriormente defendida pela historiografia da educação ao considerar que “[...] a instrução escolar não se constituía em necessidade tão premente que suscitasse, nos grupos sociais subalternos, movimentos reivindicatórios de acesso à escola” (PINHEIRO, 2002, p. 29).

Assim, deduzimos que a população paraibana não esteve inerte ao movimento de criação e supressão das cadeiras. Os abaixo-assinados solicitando a reabertura de cadeiras extintas corroboraram a suposição.

Na povoação de Fagundes (PB) no ano de 1861, um documento ainda que extenso, destinado à Câmara Municipal indicava haver naquele lugar uma aula que fora suprimida:

Os abaixo assignados habitantes da Povoação de Fagundes e seus suburbios, formados na salutar disposição do § 30 do art. 179 da Constituição política do Império vem respeitosa e humildemente diante dessa illustrissima Câmara suplicar, para o que como órgão do município, e conhecedora das necessidades desta infeliz e dislumbrada Povoação faça restaurar a Cadeira do insino primario, e reentregar ao Magistério o respectivo ex. Professor Jose Joaquim Franco demettido [...] e os motivos de sua súplica são as seguintes: Que o Professôr demettido, dotado de uma conducta exemplar e de optimas qualidades tem desempenhado as funções seu cargo com dedicação e interesse, appresentando sempre zêlo e cuidado pelo adiantamento e progredos de seus discipulos que graças a esse zêlo e interesse tem aproveitado consideravelmente; Que a Cadeira de Fagundes sempre foi freqüentada pelo **crescido número de trinta a quarenta alumnos**; [...] E sendo assim os Supp.^{es} humildemente ponderao a Illustrissima Câmara para lembrar a quem competir, que as leis em que foi firmada a demissão desse Professôr, não comprehendendo, e nem devia comprehender aquellas Cadeiras que se achão na circunstância da de Fagundes: a Lei falla tão somente daquellas Cadeiras, que foram dispensáveis pela pouca utilidade que préstão; mas uma Cadeira freqüentada pelo crescido número de **trinta e seis alumnos em uma estação invernosa, cujo numero he superiôr ao de algumas Villas da Província**, não presta pouca utilidade. E por isso confião e esperão sua inteirêsa de VV. SS^{as} somente dominados pelo interesse publico, fação chegar este pequeno brado ao poder competente, a fim de que seja o Professôr de Fagundes reentregado, e a Cadeira restabelecida. Por essa forma terão VV. SS^{as} promovido o beneficio, talvez o unico bem dos habitantes de Fagundes, que veem-se actualmente privados de fornecer a seus filhos o ensino elementar. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1861, paginação irregular, grifos nossos).

O documento foi assinado e remetido aos membros da Câmara Municipal. Em 1864 a cadeira foi reaberta com o nome de outro professor: José Mancio Barbosa.

Forão ultimamente restabelecidas as cadeiras do ensino primario das povoações de S. João, Serra do Pontes, Fagundes, e Cachoeira de Cebolas, as quaes já estão providas, com professores effectivos as duas primeiras, e com interinos as outras; achando-se pois assim elevado a sessenta o numero de cadeiras de primeiras letras da provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1864, p. 4).

O movimento realizado pela população exigindo das autoridades provinciais a reabertura das escolas em determinadas localidades indicou uma contradição nos discursos que alardeavam que as famílias eram “[...] indolentes e pobres utilizam-se muito cedo do trabalho dos filhos ainda tenros para o serviço do campo, ou para qualquer outro mister immediatamente lucrativo e deixão de mandá-lo as escolas” (FONTES..., 2015, p. 139).

A atitude destas famílias, de exigirem das autoridades a reabertura das aulas, como já anunciado, permitiu os questionamentos sobre a narrativa oficial que se moldou nos discursos dos presidentes da Província e permitiu demonstrar os conflitos entre o que era proclamado e o que era vivido na capital e nas diversas vilas e cidades.

Os regulamentos de 1849 foram analisados considerando as tentativas de uniformização da instrução idealizada a partir da criação de regras gerais para as aulas, da proposta de utilização de um método específico- o simultâneo- e de fiscalização e controle

das aulas, em especial, com a criação do cargo de diretor geral e dos comissários, como estava prescrito no artigo 7º - “[...] as aulas públicas dos particulares ficam sujeitas a mesma inspeção, que as aulas nacionais, ficando inteiramente a autoridade competente, a fechar a escola, ou estabelecimento”. (LEIS E REGULAMENTOS..., Regulamento de 1849, p.21).

Os artigos, do 1º ao 8º, do regulamento de 20 de Janeiro versavam sobre a infraestrutura das escolas para o funcionamento das aulas, que na maioria das vezes eram ministradas em casas de responsabilidade dos professores, sob inspeção do diretor ou do comissário.

No século XIX era comum que as aulas públicas funcionassem em casas de professores ou alugadas, as chamadas Casas-escolas. (FARIA FILHO; VIDAL, 2005). As mudanças gradativas puderam ser visualizadas nos discursos, pois, Manrique Victor de Lima, diretor da instrução à época, em seu relatório, em 1853, mostrou-se bastante insatisfeito com o funcionamento das aulas nestes espaços.

No Relatório passado propuz, como medida de notoria utilidade, a remoção das escolas para fôra das casas de residencia dos Professores, insisto de novo pela mesma providencia estando ainda na convicção de que não póde deixar de soffrer o ensino publico com a accomodação promiscua dos meninos e da familia do Professor no mesmo edificio, devendo ser a escola mal inspeccionada quer pelo Commissário, quer pelos mesmos paes de familia interessados em testemunhar e conhecer o methodo por que são instruidos e educados os seus filhos, sendo certo que com menos embaraço se entra n’uma casa publica do que n’uma de familia onde se exerce funcção publica; além de outras razões que omitte com as quaes o anno passado motivei esta providencia mostrando os meios de a levar a effeito. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1853, p. 23).

As aulas públicas funcionaram em diversos lugares, revelando com isso a dificuldade em definir um lugar específico para elas naquele momento. A fala do diretor ampliava o debate, pois anunciava as críticas em considerar o espaço privado como indigno da instrução das crianças. Esta condição fomentava a insatisfação quanto ao “[...] estado pouco lisonjeiro” (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1853, p. 23) da instrução pública, marca do discurso oficial. Unido à falta de espaço apropriado para as aulas de primeiras letras, estava o problema dos ordenados recebidos pelos professores.

A instrucção primaria da Provincia não obstante as providencias, que se há dado, as reformas por que há passado, ainda se acha mui longe do estado de regularidade necessária para produzir os importantes e beneficos effeitos, que d’ella deve obter a sociedade: a pequenez e insignificancia dos ordenados dos Professores, não convidando a empregar-se no magisterio pessôas mais habilitadas e instruidas, é em minha opinião huma das causas que produzem aquelle resultado: seria mais conveniente que se restringisse o numero de Cadeiras de 1.as Lettras, e se augmentasse o ordenado dos respectivos Professores. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Exposição..., 1851, p. 7).

Os jornais indicavam que a situação da instrução para os pobres aparecia como uma questão central para o governo provincial.

Dicemos, que d'entre essa mocidade tem de sahir cidadãos, que devem mais tarde tomar parte nos destinos da nação. Mas, infelizmente, esta nossa asserção não prevalece, em vista da desatenção do governo para com a educação das classes pobres, pois que, **além das taes escolas primarias**, não vemos outros estabelecimentos de instrucção, onde os **filhos da pobreza possam receber melhor educação, independente de impostos, além das grandes despesas com os livros necessarios**. Portanto, é uma verdade, e verdade incontestavel, - os infelizes das classes desprotegidas da fortuna não podem aspirar a sua elevação á posições eminentes, porque não tendo meios de seguirem os estudos superiores, embora muitos sejam dotados de intelligencia, ficam, por isso, nas posições humildes, em que nasceram! (PARAHYBA DO NORTE, Província. Jornal da Parahyba, 1882, p. 2, grifos nossos).

O *Jornal da Parahyba* criticou a insuficiência de escolas primárias para que os “[...] filhos da pobreza[...]tivessem acesso às letras e pudessem aspirar a inserção em um grau mais elevado de ensino”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Jornal da Parahyba, 1882, p. 2).

Em 1867, o 2º Vice-Presidente da Província, Barão de Marauá, defendeu a adoção do ensino obrigatório reforçando a ideia anterior que a regra seria válida apenas diante das condições objetivas do governo em oferecer os espaços adequados. Assim, sugeriu a criação de um imposto para auxiliar as despesas dos meninos pobres. O funcionamento pressupunha manter as crianças que não poderiam arcar com os custos das vestimentas e materiais necessários para a frequência nas aulas.

Entendo, como o Exm. Sr. Dr. Felisardo e outros, que o ensino gratuito e obrigatorio deve ser preferido, porque é o que se coaduma com a nossa civilização nascente, mas sou de parecer que codificar esta doutrina sem acompanha-la de uma medida que socorra a pobreza, a qual tem incontestavel direito a nossos cuidados, é uma inutilidade, se não uma iniquidade. Lembro-vos, pois, a criação de um imposto destinado a supprir não só as escholas dos objectos **necessarios para o ensino dos meninos pobres**, como para um vestuario simples, descente, e uniforme para elles, sendo esse imposto arrecadado em cada municipalidade, e recolhido ás respectivas collectorias, e á requisição do encarregamento da direcção e fiscalisação das aulas do municipio despendido em referidos fins. **Talvez vos embarace o numero de meninos pobres que deve admittir cada aula, e consequentemente a proporção entre dito numero e o rendimento do imposto.** (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1867, p. 20, grifos nossos).

Os discursos e as críticas trouxeram o debate sobre a pobreza. Ao obrigar os pais dos alunos a enviarem seus filhos às escolas anunciaram as responsabilidades das cidades, vilas e povoados em prover os materiais e objetos da instrução.

A partir da criação, manutenção e extinção das aulas e do debate sobre os espaços, bem como o público alvo das cadeiras de primeiras letras, inferimos que a população pobre era uma das destinatárias da escolarização da Província paraibana.

5. As aulas para pobres na Província da Parahyba do Norte

A defesa de que as escolas foram destinadas apenas aos filhos das elites foi superada nos resultados da pesquisa. As aulas de primeiras letras que analisamos foram consideradas como um espaço destinado, também, à escolarização de crianças pobres.

Para além das instituições educativas, religiosas e de caridades que atenderam as crianças desvalidas de riquezas, mapeamos aulas públicas que indicaram a presença de alunos pobres:

Illmo. Sr.

Tenho a vista o conteúdo do officio a V. Sa. Firmado em 24 do mes proximo findo ao qual estou respondendo.

Nunca desejando ser juis dos feitos da vida privada de pessoa alguma, eu devo dizer a V.Sa. que julgo malidicencia o quanto ahi tem chegado e disfavoravel a pessôa da Professora desta cidade, e creio que a razão de taes boatos é só filha de ter Ella em sua companhia uma Mana de quem alguma couza setter dito em sentido reprovado. **A aula da Professora é frequentada por vinte tantas meninas, sendo o maior n° filhas de pessoas pobres** mas no meio dellas tambem se encontrão filhas de pessoas concideradas, e não me consta que tenham algum pai de familia retirado suas filhas para evitarem que sejam testemunhas de imoralidades praticadas na dita aula, sendo certo que algumas vezes que tenho vizitado a aula tenho sempre encontrado boa ordem na pratica de ensino.

E a quanto despido de parcialidade tenho a informar a V.Sa que todavia em sua sabedoria e justiça fará o que bem entender.

D. G. a V. Sa. Felizmente

Cidade d'Areia 10 de setembro de 1866.

Illmo. Rmo Senr. Fr. Fructuozo da Soledade

Sigismundo D. Director interino da Instrucção Publica da Província da Parahiba

Antonio José Gonçalves Lima

Commisario. (FONTES..., 2015[1866], paginação irregular, grifos nossos).

O officio destinado ao diretor geral da instrução, Sigismundo Fructuozo da Soledade, pelo Comissário da instrução da cidade de Areia- localizada na região do agreste paraibano-, sobre a aula da professora Maria do Rosário Brazileira Mello, relatava boatos que ocorriam na cidade sobre a moralidade da professora, questão imprescindível para o exercício do magistério à época. Neste caso, as denúncias feitas contra a professora tiveram como base o fato de sua irmã ser mãe e solteira e morar na mesma casa em que a aula acontecia. Morar e trabalhar na mesma casa podiam ser consideradas situações corriqueiras para o período, conforme indicamos. Neste caso, a aula era mantida pelo governo provincial e funcionava na casa da professora.

Assim, os espaços privados- tornados escolas- eram alvos de fiscalização e denúncias quando acreditavam-se existir alguma violação da ordem e moral públicas.

A acusação apontou rastros da existência de aulas de meninas. “De vinte e tantas meninas” o maior número delas era pobre como, também, a documentação indicou a presença de alunas de famílias “consideradas” na mesma aula. A referência de se ter

alguma espécie de consideração social, à época, foi entendida como sinal de que as famílias tinham prestígio, destacando a existência de meninas de famílias (mais) ricas com as pobres.

A resposta dada ao ofício, pelo juiz de direito da Comarca, afirmou que os boatos não passavam da maldade de quem o fez, e que a aula também era frequentada por “[...] alunas filhas dos principaes filhos desta cidade”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Documentos Diversos, 1866, paginação irregular).

A cidade de Areia destacou-se no período imperial por sua importância na economia e pelo seu contingente populacional que em 1850:

[...] segundo o recenseamento feito pelos vigários e acolhido por Beaurepaire Rohan, era de 20.552 habitantes, computados nesse número os moradores de Alagoa Grande, Pilões e Serraria. Em densidade demográfica, colocava-se Areia em terceiro lugar na Província, superada apenas pela capital e por Bananeiras [...]”. (ALMEIDA, 1980, p. 37).

A cidade já possuía uma escola primária em 1821, “[...] instalada às vésperas da independência”. (GAUDÊNCIO, 2007, p. 28).

Diante do apresentado, interessa-nos entender a presença de alunas de famílias pobres e famílias (mais) abastadas na mesma aula. As inferências e deduções nos levaram à uma novidade para as pesquisas em história da educação da Paraíba.

Assim, inicialmente, podemos pensar que o desenvolvimento econômico sugeria a ampliação das aulas.

Na sequência, a presença de alunas pobres na aula da professora Maria do Rosário foi relacionada ao poder que a sociedade creditava à instrução como um meio de civilização da população, que era associada à ignorância e inaptidão dos seus deveres. Para os governantes a instrução seria o caminho para o desaparecimento do atraso. A crença apontava que “[...] num país que se queria civilizado era inadmissível que continuassem a existir sujeitos sem dominar os requisitos mínimos do *letramento*, ferramenta básica para o que considerava essencial” (SOUSA, 2006, p. 101, grifos no original).

A denúncia feita pelo *Jornal da Parahyba* sobre a aula pública do professor Graciliano F. Lordão localizada no bairro Alto da Capital, no ano de 1868, indicava que o professor havia castigado com mais palmatoadas um aluno por ser filho de uma escravizada. Infelizmente não encontramos o exemplar n. 602 do *Jornal da Parahyba* que contém a denúncia feita sobre o professor. A informação foi rastreada pelo acesso que tivemos à notícia que apresentava a defesa do professor em outro jornal, *O Publicador*, com data de 22 de julho do mesmo ano.

O professor Lordão defendeu-se afirmando que castigou todos os alunos com palmatoadas devido aos maus comportamentos diante da sua ausência da sala de aula. O “anunciante” – que fez a denúncia sem se identificar – relatou que o filho da escravizada foi mais castigado do que os demais, por isso a injustiça.

[...] Sabbado (11do corrente) não podendo eu ir à aula, por motivo de moléstia, e acontecendo, segundo o costume ter-se aberto a porta da referida aula antes de minha chegada, constou-me que às 9 1/2 horas do dia, quando alli chegara a participação de meu não comparecimento, ao fecharem-se as portas, se dera um grande alvoroço feito por diversos meninos, meus discípulos. Se o Sr. annunciante quizesse ou soubesse apreciar as cousas, conforme sua natureza facilmente se convenceria de que nem elle próprio, apezar do seu catonismo, poderia prevenir ou vedar, que meninos muitos dos quaes de educação licenciosa, reunidos em grande numero, fora da vista dos paes e inspecção dos professores assim praticassem [...].

Na segunda-feira (13 do corrente) quando cheguei à aula, foi o meu primeiro serviço syndicar a desordem e todos seus pormenores, **sendo castigados com seis palmatoadas cada um de seus autores, em cujo numero achava-se o filho da escrava, do qual o Sr. annunciante mostra-se compadecido pelo rigoroso castigo que lhe foi aplicado, [...]** E' este e facto por que sou pelo Sr. annunciante acremente censurado e por que o meu nome é barateado à margem de um jornal, no mons parturiens, que em desabono de minha reputação e de minha vida publica foi oferecido à apreciação do Sr. diretor da I. Publica e de quantos o quizerem ver. (PARAHYBA DO NORTE, Província. O Publicador, 1868, p. 2).

O professor continuava sua defesa assegurando que o annunciante/ denunciante mentiu quando se referiu ao caso, pois a mãe sabia do ocorrido e em nenhum momento o proibiu de executar o castigo:

Cumpre-me também declarar ao Sr. annunciante cujo nome mui bem fez em ocultar que faltou a verdade quando disse haver a escrava mãi da pobre criancinha rigorasamente castigada, desautorizando-me em a própria aula pelo excessivo castigo de seu filho, ella nenhuma cousa mais fez do que perguntar-me, se o filho também estava complicado na desordem, cujo inquérito eu acabava de proceder e eu lhe respondi que – sim -. (PARAHYBA DO NORTE, Província. O Publicador, 1868, p. 2).

O caso, para além das crianças pobres, indicou a presença de um aluno negro, filho de escravizados. Em 1868a Lei do Ventre Livre- que considerava livres os nascidos após 1871-ainda não fora decretada, dessa forma, o debate nos jornais evidenciou que parte da população pobre e negra não estava totalmente- como muitos acreditaram (e acreditam)-, distantes e insensíveis ao movimento que alçaria a escola como algo central na vida dos indivíduos.

Em 1872, O *Jornal Correio Noticioso* noticiava outra denúncia envolvendo crianças pobres. Direcionada ao diretor geral, referia-se às aulas da cidade de Mamanguape. A coexistência de meninos pobres e ricos pôde ser observada novamente:

[...] Só gozam dos cuidados do tal Professor publico os meninos d'aquelles que ele adula, **sendo que os meninos de pessoas pobres entrão e sahem d'aula sem que mereção ser ensinados por ele!** [...] Pedimos ao Illm. Sr. Dr. Director da Instrucção publica providencia a respeito. Por que a continuarmos assim não sabemos por quanto _____⁵ devemos cooperar para pagar os tributos ao Thezouro, sendo que a Provincia nem ao menos dá para os pobres uma aula para se instruir os filhos; porque ao cuidado do Professor só estão n'aula alguns meninos de pessoas que nem ao menos querem que os seus filhos se _____ com os míseros filhos de um pobre pae. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Jornal Correio Notticioso, 1872, paginação irregular, grifos nossos).

Na carta, o remetente identificado como “Um interessado” acusou a falta de cuidado do professor com os alunos pobres da região e cobrou da Diretoria da instrução uma providência para melhorar a situação da aula e dos alunos. A crítica remeteu à obrigatoriedade do governo em garantir a instrução que era paga com os tributos da cidade.

O “interessado” clamava por igualdade entre os alunos na obtenção da instrução. Faltou-nos saber quem reclamava da situação. Seria um pai que estava insatisfeito com a instrução dos filhos dos outros? Um jornalista que exagerava? Uma rivalidade entre professores que extrapolava os limites das escolas?

Em qualquer dos casos, o relato não apenas reclamava a educação, mas caracterizava um tipo de desigualdade na forma em que ela- neste caso- era repassada.

Em 1882 houve um pedido para a abertura de uma aula de primeiras letras para meninos pobres na povoação de Jacaraú, termo da cidade de Mamanguape. O documento foi destinado à Diretoria da Instrução pelo subdelegado da povoação de Jacaraú, Manoel de Oliveira Braga, que conhecedor do regulamento da instrução em vigor, defendeu o restabelecimento da aula de primeiras letras, a fim de atender a população pobre daquele lugar.

Il^{mo}. Senr.

Sendo o ensino primário a fonte donde se resulta a felicidade do povo, e visando-se a população dessa localidade privada dele pela falta de um educandario da mocidade, eu, na qualidade de autoridade, vou pelo presente, de conformidade com o § 1º do artigo 9 do regulamento da Instrucção Publica de 30 de Agosto do anno passado, solicitar de V. Excelência o restabelecimento da cadeira do sexo masculino desta mesma povoação, remetendo juntamente o arrolamento dos meninos aptos para a escolla, segundo prescrição do § 20 do citado artigo. Illmo. Excelentissimo. D^{or}. Director, se há palpitante necessidade de um preceptor da infância em algum dos povoados desta Provincia, parece que aqui com sobra de razão já deveria ter, por ter um lugar muito habitado, e onde por longos annos teve professor com uma frequência crescida de alumnos como difundida, ver pelos respectivos mapps. **O povo pobre como é, espera que V. Excelencia lance suas vistas sobre esses mandando para essa povoação um professor que venhão tirar seus filhos da segueira em que se acham.**

Eu, pois confiado nos sentimentos que distinguem essa Directoria espero que será attendido o meu pedido, mas se não for quer renderá elle em proveito da população.

Deus guarde a V. Excelencia
Ilmo. Snr. D^{or}. Ivo Magno Borges da Fonseca M.D. Director da
Instrucção Publica da Provincia da Parahyba do Norte.
Manoel de Oliveira Braga - Subdelegado
(FONTES, 2015 [1882], paginação irregular, grifos nossos).

No mesmo documento, o Juiz de paz da povoação de Jacaraú também reforçou o pedido e enviou o nome, idade e filiação dos 60 meninos aptos para frequentar a escola.

Ilmo. Sr.
Havendo o Sr. Subdelegado de Policia deste districto, baziado no regulamento de Instrucção Publica dessa Província, solicitado de V. excelencia da cadeira do sexo masculino dessa povoação e não podendo em vistas de approvar semelhante procedimento rogo a Vossa Excelencia que se digne de enviar os meios de alcance desta Directoria **afim de que a população pobre desta localidade tenha um professor para a educação de seus filhos**, única fonte onde poderão _____ a instrucção primária, donde por certo lhe o unirão a felicidade fuctura. O Ex^{mo}. Sr. Subdelegado deverá ter remettido o arrollamento dos meninos a _____ p^a escola, razão por que _____.
A população de Jacaraú confia que V. Ex. se dignará de dar solução ao meu pedido porque ele tras um certo bem commum.

Deus Guarde V. Ex^a
Ilmo Dr. Ivo Magno Borges do Francisco
Dr. Director da Instrucção Publica da Provincia da Parahyba do Norte

Antonio Francisco Coelho Madruga.
Juiz de Pas
(FONTES..., 2015 [1882], paginação irregular, grifos nossos).

Não foi possível mapear a criação da aula na povoação de Jacaraú naquele mesmo ano. Mas, no ano de 1884 a lei nº 775 criou uma aula para o sexo masculino na mesma povoação que inferimos ter sido uma resposta ao abaixo-assinado enviado à Diretoria: “[...]. Ficam criadas as cadeiras de instrução primária, pelo sistema misto das povoações de Jacaraú e Araçagi da freguesia de S. Pedro e S. Paulo da cidade de Mamanguape”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1884 [2004], p. 159).

As aulas públicas primárias que receberam a presença de alunos pobres e negros na Província aconteceram em três grandes cidades.

Ainda que incipiente, a movimentação urbana possibilitava a circulação de pessoas e a necessidade de saber ler e escrever para dar conta da decifração do universo que se apresentava, muitas vezes, como novo.

Assim, de acordo com Ananias (2015, p.116) as escolas para pobres:

[...] foram construídas, mantidas e defendidas a partir do conhecimento da realidade, ou parte dela, e da defesa de que à educação caberia o papel de adequação social que seria garantida através da inserção, de forma diferenciada, da população na nova ordem burguesa e capitalista que embrionariamente instalou-se no Brasil do final do século XIX.

A forma como deveriam se comportar, como falar, como aprender, como obedecer eram prescritas e possivelmente ensinadas para parte da população pobre que circulava por pelos espaços citadinos; os negros compunham a população pobre e a documentação encontrada nos possibilitou demonstrar de que parte destas pessoas tiveram acesso à instrução.

Considerações finais

Nos últimos anos, novas pesquisas no campo da história da educação brasileira tem destacado a necessidade de analisar diferentes sujeitos históricos no que se refere ao acesso (ou não) à escola. Pesquisas que investigam as ações educativas de homens e mulheres têm dado visibilidade a presença de uma parcela da população até então considerada alijada do processo de escolarização no período imperial no Brasil. Esta questão aos poucos tem sido superada graças ao uso de novas abordagens, métodos e fontes de pesquisas que tem permitido o crescimento de estudos com o objetivo de investigar as pessoas reconhecidas como “os de baixo” (THOMPSON, 2001), preteridos pela historiografia tradicional, pois não foram vistos como agentes da escola primária estatal após a independência política do Brasil.

A narrativa construída se empenhou em rever a história da educação paraibana no sentido de contribuir para contar a história dos sujeitos alijados da memória construída na formação das aulas de instrução primária.

Para tanto, apresentamos que as aulas públicas se constituíram em lugares da presença de alunos pobres. A partir dos quatro casos identificados, foi possível apreender o perfil social de parte da população e as condições de precariedade que muitas vezes marcaram a manutenção das cadeiras/ aulas/ escolas. Questionamos se as elites estariam dispostas a enviar seus filhos às escolas que eram alvos de críticas por parte dos próprios gestores e de jornais que circularam à época.

O empenho em destacar a presença de crianças pobres nas aulas, ainda que tenhamos percebido registros de alunos filhos das famílias (mais) abastadas convivendo nos mesmos espaços, buscou apontar o movimento dinâmico da sociedade que acreditava na instrução como meio por excelência de civilizar a população.

O discurso apontava formas para o desaparecimento da ignorância relacionadas aos saberes necessários para a formação de uma Nação civilizada e culta. Concluímos que a crença no poder da instrução pública como redentora dos males sociais permitiu que algumas pessoas pobres, para além das instituições escolares destinadas aos desvalidos, tivessem acesso à instrução primária na Província da Parahyba do Norte.

Referências

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1980.

ANANIAS, Mauricéia. A organização da instrução pública primária: província da Parahyba do Norte (1849 – 1864). In: *Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. São Luís, MA. 2010.

ANANIAS, Mauricéia. *As escolas para pobres: instrução, trabalho e civilização*: Campinas – SP, 1860-1889. João Pessoa, Editora da UFPB, 2015.

ARAÚJO, Marta Maria de. A produção da história da educação das regiões Nordeste e Norte. O Estado do Conhecimento (1982-2003). In: *Pesquisa em história da educação no Brasil*. GONDRA, José Gonçalves (org.); VIEIRA, Carlos Eduardo... [et al.]. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 289-311.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Traduzido da terceira edição de 1975. Primeira edição de 1973. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

CEDEPLAR/UFMG: Pop-72. (Censo de 1872 digitalizado e corrigido). Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>> Acesso em: 25/04/2016.

CURY, Cláudia Engler, ANANIAS, Mauricéia. A escola pública de instrução primária brasileira. Província da Parahyba do Norte: 1822-1849. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 54, p. 115-127, dez 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta T; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análises. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-97.

FONTES para a história da educação da educação da Paraíba Imperial [recurso eletrônico]: documentos diversos (1821-1860). ANANIAS, Mauricéia; CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do Império*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

LEIS E REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO IMPERIAL. PINHEIRO. Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (org.). *Coleção Documentos da Educação Brasileira* [recurso eletrônico]- Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte*. Dissertação. (Mestrado em História). PPGH-UFPB, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. (Tese doutorado). Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da Escrita: Alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. Tese. (Doutorado em Educação). PPG-UEPB, 2015.

NÓVOA, António. A produção do modelo escolar e a profissionalização da actividade docente. *Análise Psicológica* (1987), 3 (v): 413-440. Disponível em: <http://www.repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf>. Acesso em: 07/11/2014.

PARAHYBA DO NORTE, Província. *Jornal Correio Noticioso*, 17 de agosto de 1872. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. *Jornal da Parahyba*, ano 21, nº 2220, 01 de março de 1882.

PARAHYBA DO NORTE, Província. *O Publicador*, ano 7, nº 1752, 12 de julho de 1868. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Documentos Diversos da Instrução. Arquivo do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, João Pessoa. 1861.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Documentos Diversos da Instrução. Arquivo do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, João Pessoa. 1866.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Documentos Diversos da Instrução. Arquivo do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, João Pessoa. 1882.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excelentíssimo Presidente da Província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 2 de Agosto de 1851. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado á Assembléa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Vice-Presidente da Província o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire na abertura da sessão ordinária em 5 de Agosto de 1853. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 15 de Junho de 1860 pelo presidente, Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1860. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Exposição com que o Exm.Sr. Dr. Simbal Odorico de Moura passou a administração da Província da Parahyba ao Exm. Sr.Dr. Felisardo Toscano de Britto em 2.º Julho de 1865. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Barão de Marau em 5 de Agosto de 1867.Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório com que o Exm.º Sr. Presidente, Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Barão de Marau, 2.º Vice-Presidente, em 22 de Abril de 1867. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 2 de Outubro de 1869, pelo Exm. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>>. Acesso em: 25/04/2016.

PETITAT, ANDRÉ. *Produção da escola. Produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Tradução de Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. – (Coleção educação contemporânea).

SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, libertos e insurgentes: Paraíba (1850-1888)*. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 2005.

SILVA, Adriano Soares da. *O processo de escolarização na Província da Parahyba do Norte: aulas de primeiras letras (1834-1849)*. Dissertação de Mestrado. PPGE-UFPB. 2013, p. 36

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.185-201.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: Estudos de historiografia da educação no Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*. Brasília, ano 3, n.23, set/out. 1984, pp. 1-11.

Notas

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha História da Educação. Endereço eletrônico para contato: lays.regin@gmail.com

²Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba. Endereço eletrônico para contato: mauriceia.ananias@gmail.com

³ Os termos cadeiras/aulas/escolas foram usados indistintamente, da forma como apareceu na documentação.

⁴Nota da Editora: “A edição brasileira de *História Social da Criança e da Família* foi traduzida de *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* das Editions du Seuil, Collection, Série Histoire, 1973. Esta edição francesa é uma versão abreviada do texto original de Phillipe Ariès, publicado em 1960 pelas Editions Plons, e reeditado integralmente pelas Editions du Seuil na coleção “Univers historique” em 1973, acrescido de um prefácio[...]. (ARIÈS, 1978, paginação irregular, grifos no original). Para a versão em língua portuguesa algumas partes foram reduzidas e outra retirada.

⁵Devido a ação do tempo, não foi possível compreender algumas palavras que compuseram o texto do jornal. Para avisar ao leitor, utilizamos o traço_____ como indicativo das ausências.

Recebido: Abril/2016.

Aprovado: Maio/2017.